

Atribuir
direitos de
emissão
negociáveis a
todos para
impulsionar a
transição
energética

Em França, em 2019-2020, um painel de 150 cidadãos escolhidos aleatoriamente trabalhará durante seis meses no âmbito da Convenção dos Cidadãos. para o clima, elaborar propostas para impulsionar a transição energia e proteger o clima, em conformidade com os repetidos compromissos internacionais e nacionais do Governo francês.

Quatro meses após o início deste processo radicalmente inovador na cultura política francesa, e depois de ter ouvido numerosos peritos, o painel não teve oportunidade de ser apresentado, e muito menos de debater, uma solução sistémica que, no entanto, era evidente se quisermos conciliar uma conduta efectiva transição e justiça social: **atribuição anual a cada residente no território do mesmo número de "pontos de carbono"** correspondentes a um direito de emitir CO₂, registados numa "conta de carbono". Estes direitos podem estar sujeitos às seguintes condições uma missão.



Texto: **Pierre Calame** pierre.calame@fph.ch
Ilustrações: Anaïs Deféver anais.defever@gmail.com
Anaïs Deféver Paginação: hugo.sorbelli@gmail.com
Hugo Sorbelli





Para desvendar este mistério, temos de analisar **cinco pontos** sucessivamente:

- 1** Porque é que esta é uma solução óbvia e o a única forma de conciliar eficácia e justiça social? · · pp. 7-10
- 2** Se esta medida é tão óbvia, porquê existe uma verdadeira "lei do silêncio"? ····· pp. 11-16
- 3** A lógica fundamental das quotas negociáveis ····· pp. 17-22
- 4** O período de transição e a gestão de intercâmbios com o mundo exterior ····· pp. 23-27
- 5** Ligações entre esta proposta sistémica e as propostas em debate na Convenção ····· pp. 29-32





1

Porque é que esta
é uma solução
óbvia e a única
que concilia eficácia
e justiça social?

"O racionamento pode ser visto como um bolo que deve ser partilhado por todos os indivíduos e famílias.



1.1. Desde a Cimeira da Terra de 1992, as soluções preconizadas têm sido claramente ineficazes.

Apesar das repetidas afirmações sobre a necessidade de
Embora não exista uma desconexão entre o crescimento do produto interno bruto (PIB) mundial e o consumo de combustíveis fósseis, a ligação entre os dois manteve-se ininterrupta: só as crises económicas abrandam o crescimento das emissões de gases com efeito de estufa.



"A relação entre [crescimento do PIB e consumo de combustíveis fósseis] manteve-se ininterrupta".



1.2. As estratégias baseadas no aumento dos preços através da tributação falharam sempre, de um modo geral, mas continuam a ser o único remédio defendido pelos economistas.

Em primeiro lugar, esta falha é evidente em termos de
ponto anterior: a tributação do carbono foi aplicada aqui e ali, mas não produziu os efeitos esperados; como não é aplicada à escala global, esta medida conduz essencialmente à transferência das emissões de gases com efeito de estufa para outros países.
produção intensiva em energia. Mas mais do que isso, em todo o mundo, tentativas desta natureza acabam em revolta social. A "crise dos coletes amarelos" em França é apenas um exemplo de uma longa série. E isto porque se trata de medidas que atingem mais duramente as populações mais pobres. Isso é evidente. A própria natureza do consumo de combustíveis fósseis contribui para todos os problemas que enfrentamos.
aspectos da vida quotidiana, a serem necessários para todos, independentemente do seu rendimento.

Este consumo aumenta com o rendimento, mas menos rapidamente do que o rendimento. Além disso, na população abaixo do rendimento mediano, o consumo são bastante homogéneos, precisamente porque satisfazem as necessidades de todos: cozinha, alimentação, vestuário, aquecimento e transportes. Por outro lado, quanto mais se sobe na escala de rendimentos, mais o consumo de energia está ligado às escolhas de estilo de vida, com um consumo bastante diferenciado de uma família para a outra. A tributação da energia é um imposto regressivo: atinge muito mais os pobres do que os ricos em termos percentuais. Por conseguinte, a fim de tornar

estas medidas socialmente aceitáveis, é necessário inventar mecanismos de redistribuição complexos, com os seguintes objectivos
Consequentemente, o efeito do imposto é neutralizado para os pobres e não funciona como um incentivo suficientemente forte para reorientar o consumo das famílias ricas.

O que diríamos se os médicos e uma faculdade de medicina prescrevessem o mesmo remédio ineficaz durante trinta anos?



1.3. Vamos chamar as coisas pelos nomes: é essencial organizar o racionamento de energia

Avançar para a neutralidade carbónica a um ritmo definido
implica a fixação de um limite global de emissões ano após ano, sendo esse limite reduzido anualmente a um ritmo correspondente ao objetivo fixado. Atualmente, uma redução de 6 a 7% por ano permitiria alcançar a neutralidade carbónica até 2020.
fixado pelos nossos compromissos internacionais. Ter um limite de emissões desta forma, a menos que estejamos constantemente a fazer batota, como temos feito nos últimos trinta anos, não o respeitando, é conhecido em francês como racionamento.
Há que dizer como é que esta quantidade é distribuída por todos. O racionamento da energia é, de facto, o elefante na sala: todos o sabem, mas todos fingem não o ver, como se o racionamento fosse um palavrão. Esta rejeição é ainda mais flagrante no caso da energia, pois a ideia é óbvia e impõe-se sempre que é necessário proteger um recurso escasso.
Quem contesta a necessidade, para proteger os recursos haliêuticos face a uma capacidade técnica cada vez maior, de atribuir quotas de pesca, ou seja, o total admissível de capturas concedido a um país ou a um pescador por um período de um ano?



1.4. O racionamento pode ser visto como um bolo a partilhar entre todos os indivíduos e famílias.

Porquê excluir empresas e indivíduos desta partilha? administrações? Muito simplesmente porque
No fim de contas, ambos trabalham ao serviço dos cidadãos, uns para fornecer bens e serviços, outros para gerir a sociedade. Isto reflecte-se nas despesas das famílias, que se repartem entre compras, por um lado, e impostos diversos, por outro. As empresas e os poderes públicos são, portanto, meros intermediários, sendo o consumo final o das famílias.



1.5. No que respeita à responsabilidade da França em relação ao clima, não são as emissões em solo francês que devem ser tidas em conta. mas o que é conhecido como "pegada ecológica".

Todas as emissões resultantes do modo de transporte. O estilo de vida dos franceses, quer em termos de consumo de energia, como nas deslocações ou no aquecimento, consumo de energia indireto através do consumo de bens e serviços produzidos em solo francês, ou finalmente se se trata de consumo de energia direto, como nas deslocações ou no aquecimento, consumo de energia indireto através do consumo de bens e serviços produzidos em solo francês, ou finalmente se se trata de consumo de energia indireto através do consumo de bens e serviços produzidos em solo francês. o consumo de bens e serviços importados. É esta terceira categoria que se designa por "energia cinzenta": a energia fóssil consumida em resultado dos nossos estilos de vida, mas que se torna praticamente invisível, uma vez que o seu valor se confunde com os outros elementos de valor no preço dos bens e serviços que compramos, e a sua produção não emite gases com efeito de estufa em solo francês.



"Desde 1990, estima-se que as emissões em solo francês tenham sido reduzidas em 20%, mas que, durante este período, a quantidade de energia cinzenta consumida tenha aumentado em mais de 20%. duplicou.

Mas esta distinção é fundamental. De acordo com as estimativas de junho de 2019 do Conselho Superior do Clima francês, as emissões totais de gases com efeito de estufa associadas ao estilo de vida francês representam 11 toneladas por ano, incluindo 4,4 toneladas de energia incorporada. Trata-se, portanto, de tudo menos de um pormenor. Tanto mais que, quanto mais a produção intensiva em energia é externalizada, maior é a proporção de energia utilizada na produção.

está a aumentar. Por exemplo, desde 1990, estima-se que as emissões em solo francês tenham sido reduzidas em 20%, mas que, durante este período, a quantidade de energia cinzenta consumida tenha duplicado. Qualquer política de neutralidade carbónica limitada às emissões em solo francês seria, portanto, completamente hipócrita. O racionamento deve abranger todas as emissões, incluindo a energia cinzenta.



1.6. Uma vez introduzido o racionamento, a questão é como dividir um bolo que deve e irá diminuir 7% ao ano.

Tal como aconteceu com os alimentos durante a guerra, o distribuição "a quem fizer a melhor oferta", pelo preço que cada está em condições de o fazer, é a mais catastrófica. Tal como os alimentos durante a guerra, os combustíveis fósseis tornaram-se uma "necessidade básica". Além disso, o seu racionamento não decorre dos limites da capacidade de produção, mas da capacidade de absorção do planeta e da necessidade de evitar um aquecimento global catastrófico - por outras palavras, de algo que, na sua essência, diz respeito a todos e pertence a todos. Isto é tão verdade que o primeiro Os sumidouros de carbono levantaram a questão da justiça climática. Sabemos, para usar a expressão de Michel Rocard, que se com as nossas emissões de gases com efeito de estufa o planeta ainda não se transformou numa frigideira, é graças ao papel regulador dos "sumidouros de carbono", essencialmente os oceanos e, em segundo lugar, as grandes estepes e florestas, que ainda hoje absorvem 3/4 das emissões. Atribuir direitos de emissão através de preços aos países mais ricos e, dentro dos países mais ricos, às populações mais ricas equivale a conceder-lhes a propriedade dos oceanos e das grandes florestas! O que, aliás, explica por que razão um país como o Brasil está tão interessado em reclamar a propriedade da Amazônia e o direito de fazer o que quiser com ela. Não vê qualquer razão para que os ricos dos países ricos sejam os beneficiários da ajuda da natureza sem qualquer compensação.

É, portanto, a distribuição equitativa do bolo, com a possibilidade de os que são capazes de ser frugais venderem parte da sua parte aos que são gananciosos, o único sistema que é simultaneamente eficaz e justo.

2

Se esta medida é
tão óbvia, porquê
o tema de
um verdadeiro
A "lei do silêncio"?



1. Porque é que esta é uma solução óbvia e a única que concilia eficiência e justiça social?

Esta não é uma ideia nova, nem surge subitamente de um cérebro fértil. Foi posta em cima da mesa ainda antes de na Cimeira da Terra de 1992, nomeadamente por ecologistas indianos. Chegou mesmo a ser objeto de debate nacional no Reino Unido quando David Miliband era Ministro do Ambiente do Reino Unido em 2006-07. Mas de cada vez foi escondido e esquecido. Como é que isto pode ser explicado? Há cinco razões que se reforçam mutuamente.

2.1. Os dirigentes políticos são esquizofrénicos e não pretendem, em nome do bem comum, sacrificar o crescimento económico a curto prazo de que depende a sua sobrevivência política e a sua reeleição.

Por ser extremo, o caso de Donald Trump não é uma exceção: só uma deterioração da economia antes de novembro de 2020 poderia ameaçar a sua reeleição.

2009 foi o verdadeiro teste decisivo. Os líderes políticos de todo o mundo estavam em estado de pânico na sequência da crise financeira mundial desencadeada por subprimes. Nesse ano, com dois meses de intervalo, realizaram-se o G20 e a COP de Copenhaga. Com dois meses de intervalo, os mesmos líderes políticos reuniram-se no G20, na Austrália, para discutir formas de aumentar o consumo e evitar que a crise financeira se transformasse numa crise social, e em Copenhaga para discutir formas de reduzir o consumo para proteger o clima...



"Definir quotas e reduzi-las ano a ano condenaria [os gestores] à eficiência."

As conclusões foram óbvias: esquizofrenia a todos os níveis, com líderes a fazerem declarações radicalmente opostas com dois meses de intervalo; e Acima de tudo, a prioridade é, finalmente, estimular o crescimento, nomeadamente abrindo todas as portas ao crédito pelos principais bancos centrais (Reserva Federal dos Estados Unidos, Banco Central da China, Banco Central Europeu). Incapazes de conceber os instrumentos económicos que permitam conciliar as duas coisas, ao desenvolverem outro modelo económico, os nossos dirigentes sacrificam unanimemente os interesses a longo prazo do nosso futuro comum aos imperativos a curto prazo da sua própria sobrevivência política. Mas definir quotas e reduzi-las ano após ano condená-los-ia à eficácia. É compreensível que não o queiram.



2.2. A necessidade de preservar o clima choca implicitamente com o modelo ocidental de progresso, que é linear.

La maior parte das sociedades tem pensado a sua história em termos de ciclos históricos, quer o da vida e da morte das dinastias (uma ideia muito presente na história muçulmana - Ibn Khadoun -, na história chinesa e na história teológica judaica). Muitas vezes, as referências são mais a um passado idealizado, cuja idade de ouro deveria ser redescoberta. do que os dos "amanhãs cantantes". É a grande rutura que o Ocidente fez com o Iluminismo, um "quadro do progresso humano", para usar o título do livro do filósofo e matemático Condorcet. É a dupla promessa da ciência e da economia de libertar a humanidade. das suas inevitabilidades, a escassez, a doença e o esgotamento dos recursos, que estiveram na origem da queda da maior parte dos grandes impérios.

Esta visão linear, tanto mais poderosa por ter sido relegada para o impensável, por constituir o nosso inconsciente coletivo, exclui tanto a ideia de ciclos de eternos recomeços como a ideia de uma evolução em "espiral", segundo a qual a humanidade passaria várias vezes pelos mesmos tipos de desafios, cada vez com novos recursos à sua disposição. para os enfrentar. Este aspeto implícito do imaginário ocidental está bem patente nos debates sobre a agricultura biológica. Hoje em dia, a agricultura biológica é uma forma sofisticada de agricultura que exige uma excelente compreensão das trocas de materiais e do funcionamento dos ecossistemas, mas durante várias décadas os seus detractores descreveram-na como um "regresso à luz das velas", argumento para o equiparar ao obscurantismo e à recusa do "progresso". A expressão fala por si.

É urgente inventar um modelo de desenvolvimento e um modo de vida que assegure o bem-estar de todos, respeitando os limites do planeta. É exatamente este o grande desafio que as sociedades enfrentavam antes da revolução industrial. Só que, há três séculos, o equilíbrio entre esta procura de bem-estar e os limites dos ecossistemas exprimia-se a uma escala local ou nacional, a de uma família, de uma quinta, de um terroir ou, no mínimo, de um país, ao passo que hoje se exprime a uma escala global.

Significativamente, até ao Século das Luzes, não se falava de economia, mas de oeconomia, reflectindo assim a etimologia do termo: as regras, "nomoi", para gerir o espaço doméstico e o espaço comum, "oikos". É por isso que falo de

sobre o nosso novo modelo de negócio para "Os desafios que se colocam às nossas sociedades são da mesma natureza que os que precederam a era industrial, mas têm obviamente de ser enfrentados a uma escala diferente e com métodos diferentes.



2.3. O racionamento, especialmente quando se aplica à energia, é um insulto à imaginação ocidental.

Da economia pré-industrial, os principais factores limitantes eram o solo e a sua fertilidade. fertilidade, por um lado, e energia, por outro. A substituição do trabalho humano pela energia fóssil, da lenha pelo carvão, é a própria assinatura da entrada na era industrial. A segunda fase, um século mais tarde, foi a substituição da fertilidade do solo, que tinha de ser cuidadosamente mantida, por fertilizantes químicos. Este é o duplo momento em que uma economia que até então era circular por necessidade se torna uma economia linear, em que, por um lado, temos entradas de energia (que são essenciais, incluindo para os produtos químicos necessários para fertilizar o solo) e, por outro, temos a eliminação de resíduos.

A energia fóssil foi totalmente associada à ideia de abundância. No entanto, a ideia de racionamento tem uma conotação muito negativa em França. Traz-nos recordações da guerra e da derrota (o historiador Jean-Baptiste Fressoz recorda que, no Reino Unido, o racionamento não tem a mesma conotação negativa: está certamente associado à guerra, mas também à capacidade do povo britânico de resistir aos nazis, uma conotação eminentemente positiva).



2.4. A chamada ciência económica é, na realidade, uma ideologia cujos muitos axiomas tornam os nossos problemas actuais insolúveis.

Que a economia é, antes de mais, uma ideologia, é fácil de demonstrar. Em dois séculos

A natureza não mudou no último século e meio, mas as ciências naturais sofreram uma série de revoluções que transformaram a nossa compreensão do mundo. A Por outro lado, durante o mesmo período, o mundo, a economia real e a sociedade mudaram completamente (basta pensar no mundo em que Adam Smith vivia em 1776, quando publicou o seu famoso livro "A Riqueza das Nações", lançando as bases da ciência económica). E, no entanto, os axiomas fundadores da economia mantiveram-se inalterados. Procurem o erro.

Dois axiomas estão no centro da crise atual e explicam a "lei do silêncio" que se opõe à solução óbvia dos quanta negociáveis.

O primeiro axioma é o do dinheiro. A economia

baseia-se no estabelecimento de preços de troca para diferentes bens e serviços, sendo estes preços de troca regulados num determinado território por uma moeda única. Este pressuposto é obviamente incorreto, como o ilustra o simples exemplo da alimentação, o que significa que o corpo precisa de elementos de tipos muito diferentes, (vitaminas, sais minerais, proteínas, lípidos, etc.) que não são substituíveis entre si, que em economia tudo é substituível por tudo e que, sendo as escolhas económicas racionais, se alteram por si próprias em função da evolução dos preços dos diferentes factores. Daí a ideia de uma moeda única para todas as trocas. A partir daí, e de acordo com este axioma, só o aumento do preço da energia, energia paga em euros da mesma forma que o trabalho humano, levará as pessoas a alterar o seu consumo, comprando mais trabalho humano e menos energia.

No final da Idade Média, tudo fizeram para eliminar a pluralidade de moedas que existiam na altura para facilitar as trocas comerciais, emitidas pelas abadias ou pelos poderes feudais. Ao fazê-lo, o seu objetivo não era assegurar o bem-estar de todos, mas sim apropriar-se de todos os recursos provenientes da senhoriagem, o rendimento proveniente da emissão de moedas.



"A ideia de uma moeda única não veio dos economistas mas... do reforço do poder dos soberanos".

Mas há uma regra fundamental na história das ideias: uma ideia cuja origem foi esquecida torna-se um dogma intangível. Foi o que aconteceu com o dinheiro... Hoje, o motor económico é como um carro com um único pedal para o travão e o acelerador: a melhor maneira de ir contra a parede. Enquanto não pusermos em causa esta ideia de que tudo se resume a um preço e a uma moeda, somos incapazes de conceber um sistema que nos permita reduzir cada vez mais radicalmente o consumo de combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, desenvolver todos os bens e serviços que dependem da criatividade e do trabalho humanos. E isto explica a esquizofrenia dos nossos dirigentes em 2009. Em vez de conciliarem os imperativos da coesão social e da proteção do clima, propõem um ou outro, sucessivamente e de forma contraditória, em função das negociações internacionais.



"No Reino Unido, o racionamento [...] está certamente associado à guerra, mas também à capacidade do povo britânico de resistir aos nazis, uma conotação eminentemente positiva.

Peter Fraser



2.5. O princípio das quotas foi comprometido no espírito do público e dos peritos pelos excessos do "mercado do carbono" europeu.

Lideia de um mercado internacional do carbono tem sido promovida menos pelos ambientalistas do que pelos defensores do conceito. do liberalismo. Foi introduzida há trinta anos por economistas americanos. Consiste em dizer que as grandes empresas, que são grandes emissoras de gases com efeito de estufa, devem evidentemente fazer um esforço, mas em vez de lhes pedir que transformem os seus sistemas de produção, o que pode ser muito dispendioso, porque é que o devem fazer? Porque não oferecer-se para fazer as mesmas poupanças plantando árvores em África? A redução seria a mesma, mas a um custo muito inferior para a empresa. Esta lógica atractiva no papel teve uma série de efeitos cumulativos que levaram a que a própria ideia de vender créditos de carbono fosse desacreditada.

Em primeiro lugar, ao definir estes créditos para as grandes empresas e ao permitir-lhes externalizar a solução, transferindo-a para os países mais pobres, estamos a dar crédito à ideia de um "direito a poluir", o que é suscetível de suscitar a ira de todos os ecologistas.

De facto, era semelhante ao processo através do qual a Europa envia os seus resíduos para a China e depois para África ou Malásia, jogando com a pobreza da população para tornar estes presentes envenenados mais aceitáveis.

O segundo fator foi o facto de o sistema, reservado às grandes empresas e que previa a possibilidade de assumir as próprias funções transferindo-as para o exterior, facilitar a manipulação do sistema, o que rapidamente conduziu à fraude.

O terceiro fator é a fixação destes créditos de carbono, os diferentes países preocuparam-se sobretudo em não penalizar as suas próprias empresas. Os créditos atribuídos eram tão elevados que o seu preço de troca caiu para um nível ridículamente baixo.

Estes factores combinados permitem que os críticos de um sistema generalizado de quotas negociáveis o desacreditem desde o início, dizendo "vejam o que faz e, no entanto, foi aplicado apenas a algumas grandes empresas", o que, como acabámos de ver, é um erro total de raciocínio.



2. Se esta medida é tão evidente, porque é que é objeto de uma verdadeira "lei do silêncio"?

2. Se esta medida é tão óbvia, porque é que é objeto de uma verdadeira "lei do silêncio"?

"O motor económico é como um carro com um único pedal para o travão e o acelerador: a melhor maneira de ir de um lugar para outro, é ir contra a parede.



2. Se esta medida é tão óbvia, porque é que existe uma "lei do silêncio" sobre ela?

3

A lógica fundamental das quotas negociáveis

3. A lógica fundamental das quotas negociáveis

Apesar da sua aparente simplicidade, o sistema tem um certo número de subtilezas. A descrição que se segue dar-lhe-á uma ideia mais concreta da forma de o implementar, bem como das escolhas que terão de ser feitas. no quadro de uma deliberação democrática.

3.1. Os pontos de carbono não são um moeda na sua atribuição, mas são

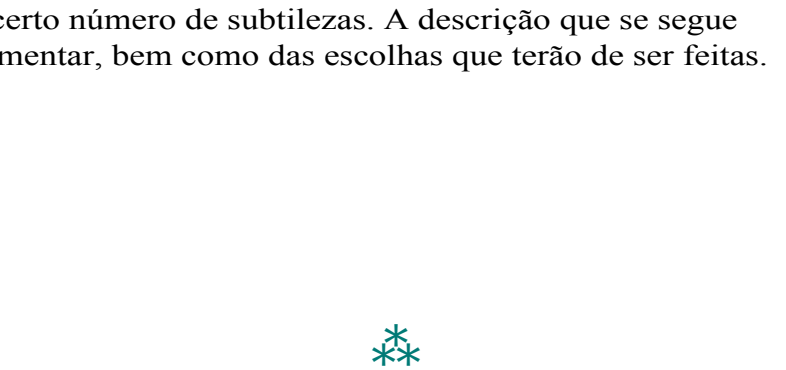
quando são trocados.

Tomemos o exemplo de um diabético que só pode consumir tantos gramas de açúcar por dia. Há o açúcar aparente, o torrão de açúcar que colocamos no café, mas a maior parte do açúcar que consumimos está escondido em todos os produtos que comemos: pastelaria, bebidas, pratos industriais, etc. Os diabéticos podem escolher comer o que quiserem, mas em cada uma das suas compras devem ser capazes de avaliar O "açúcar cinzento" escondido em tudo o que ele ingere é deduzido da sua quota diária. Assim, a sua dose diária de açúcar, indicada numa A "conta do açúcar" não é uma moeda: não compramos o teor de açúcar do que comemos com uma moeda que não seja o euro. Em contrapartida, é necessário conhecer a quantidade de açúcar, claramente identificada em relação ao resto dos componentes, para poder debitá-la sempre da sua conta de açúcar, que reflecte o seu direito de consumo.

O mesmo se aplica às quotas de carbono: não se trata de quantidades de energia fóssil dadas gratuitamente a cada agregado familiar no início do ano. Trata-se de uma conta que, tal como uma quota de pesca para os direitos de captura, reflecte os direitos de emissão, e cada ato de consumo resultará num débito nesta conta.

Por outro lado, estes direitos de emissão são livremente transaccionáveis no mercado, entre aqueles que, fazendo um esforço de frugalidade, não os vão utilizar todos e aqueles que querem continuar a usar grandes carros, aviões e ir de férias para as Caraíbas e não têm quota suficiente. A este respeito, a energia fóssil, como unidade de conta (a tonelada de equivalente petróleo ou a tonelada de CO2), como meio de pagamento (o petróleo é o bem mais utilizado nas transacções internacionais de troca directa) e como reserva de valor, tem todas as características de uma moeda por direito próprio. Tecnicamente, ter uma mesada significa ter uma carteira eletrónica, eventualmente o mesmo suporte que utiliza para pagar em euros. e reduzir esta quota em cada compra, debitando a quantidade de energia fóssil consumida.

Por último, ao longo do tempo, o preço de compra dos pontos de carbono em euros varia. A este respeito, podemos falar de variações da taxa de câmbio entre moedas, a moeda carbono, por um lado, e a moeda euro, por outro.



3.2. Os agregados familiares recebem subsídios anuais, enquanto as administrações das empresas recebem apenas subsídios de arranque para permitir o funcionamento do sistema.

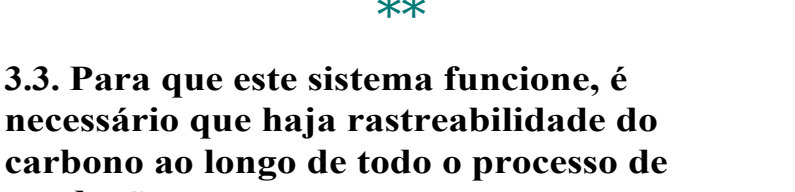
Suponhamos que este sistema entra em funcionamento a 1 de janeiro. As empresas e as autoridades públicas não dispõem de créditos de carbono para comprar a energia de que necessitam para funcionar. Só os obterão quando venderem os seus bens e serviços - no caso das empresas - ou cobrarem impostos - no caso das autoridades públicas - às famílias que receberam pontos de carbono. Por conseguinte, é necessário começar por atribuir às empresas e às autoridades públicas um montante correspondente às suas necessidades anuais de energia fóssil. Mas, ao contrário das licenças de emissão domésticas, estas subvenções não serão renováveis. Se as empresas deixarem de poder vender os seus produtos e serviços porque os seus clientes os consideram demasiado dispendiosos em termos de "pontos de carbono", devido à falta de eficiência energética, a culpa será apenas delas próprias, o que constituirá um forte incentivo à transformação do seu sistema de produção.



"Os impostos e as contribuições serão expressos nas duas unidades de conta: euros, por um lado, e pontos de carbono, por outro.

Do mesmo modo, os impostos e contribuições serão expressos em ambas as unidades de conta: euros, por um lado, e pontos de carbono, por outro. Para o efeito, estas administrações ou serviços públicos terão de analisar a sua própria pegada de carbono (o que algumas autarquias locais já estão a fazer) e, a partir de agora, serão julgados pelos eleitores ou contribuintes tendo em conta esta componente da despesa pública, e tendo-a em conta de forma tanto mais vigorosa quanto os créditos de carbono atribuídos às famílias vão diminuir rapidamente de ano para ano. Isolamento térmico e acústico dos edifícios públicos, iluminação pública, asfalto nas estradas, frotas de veículos, etc. dos veículos das empresas será, sem dúvida, objeto de um exame minucioso de um dia para o outro. As regras de distribuição dos créditos de carbono necessários entre os contribuintes têm de ser debatidas coletivamente. As regras mais coerentes

com o sistema como um todo seriam créditos de carbono retirados de todos por igual.



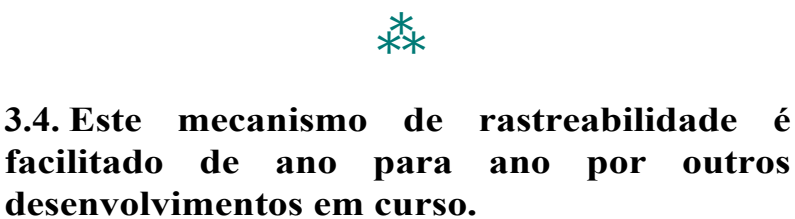
3.3. Para que este sistema funcione, é necessário que haja rastreabilidade do carbono ao longo de todo o processo de produção.

Isto conduzirá rapidamente a negociações de uma nova natureza. Por exemplo, quem assume a responsabilidade por créditos de carbono correspondentes às deslocações dos trabalhadores para e do trabalho? Este não é, de modo algum, um fator negligenciável na mobilidade das famílias atualmente. e a razão pela qual a maioria dos agregados familiares tem vários automóveis. Assim que a quantidade de pontos de carbono que isto representa for efetivamente medida e for tomada uma decisão sobre se estes pontos de carbono são deduzidos dos orçamentos dos trabalhadores ou imputados aos custos de produção de carbono da empresa, serão introduzidas novas formas de negociação. instantaneamente, por exemplo, para transportes públicos gratuitos, assistência à mobilidade para todos, partilha de automóveis, transportes públicos, etc...

Os críticos dos sistemas de quotas rejeitam muitas vezes a ideia de imediato, sem grande reflexão, dizendo simplesmente que a rastreabilidade é impossível e que o sistema é uma gigantesca fábrica de gás. É fácil demonstrar que isso não é verdade, com base em dois argumentos muito simples.

A primeira é que todas as empresas têm contabilidade e sabem perfeitamente o que entra (menos o que sai). Simplesmente não lhes interessa "o que não tem preço", o que explica que todas as emissões para a atmosfera, a água e o solo sejam deliberadamente ignoradas. Basta individualizar a rubrica "energia fóssil" na contabilidade e transmitir essa informação ao longo da cadeia de produção para somar a pegada ecológica do sistema.

Segundo argumento: este mecanismo é exatamente o mesmo que o do IVA: a priori, era muito mais difícil medir o valor acrescentado em todo o No entanto, foi a própria existência de um mecanismo de imposto sobre o valor acrescentado que tornou esta rastreabilidade "natural". Acontecerá exatamente o mesmo com os créditos de carbono.



3.4. Este mecanismo de rastreabilidade é facilitado de ano para ano por outros desenvolvimentos em curso.

Podemos citar três deles:

- A utilização generalizada do dinheiro eletrónico através dos cartões Visa e dos pagamentos por telefone. É apenas para os ricos ou para os sofisticados?

? A história recente mostra exatamente o contrário. A utilização generalizada dos pagamentos por telefone começou no Quênia, um dos países mais pobres do planeta... muito simplesmente porque este sistema tornou possível evitar o processo moroso e dispendioso de criação de agências bancárias em todo o país.

países. É pelas mesmas razões que, em muitos Em muitos países africanos, apesar do seu custo, o telefone por satélite tornou-se a norma, ultrapassando a fase por que passámos em França com a instalação de redes telefónicas.

- A segunda evolução verifica-se na contabilidade das empresas. Para além do problema específico da gestão do clima, existe um vasto movimento que exige que a contabilidade das empresas não se centre apenas, como implicitamente acontece hoje, na integridade do capital financeiro, mas também na integridade do capital humano e natural. A individualização das despesas das empresas com combustíveis fósseis está, portanto, "em linha com a direção da história". A nível internacional, as obrigações impostas às empresas dominantes, denominadas "principals", para controlar as práticas dos seus fornecedores e subcontratantes. Esta tendência foi materializada em 2017 em França pela "lei da obrigação de vigilância"



"Em 2019, o Carrefour planeia utilizar cadeias de blocos para garantir a rastreabilidade. o modo de produção do que era vendido sob a designação de "galinhas criadas ao ar livre

- Por último, a nova tecnologia "block chain", mais conhecida do grande público através da criação da moeda virtual Bictcoin, criou as condições técnicas para o controlo da informação sobre os sistemas de produção ao longo da cadeia. Este sistema técnico, que atualmente consome muita energia, parece estar a evoluir para uma nova geração. Por exemplo, em 2019, o Carrefour tenciona utilizar cadeias de blocos para garantir a rastreabilidade do modo de produção do que era vendido como "poulet fermier" (frango do campo). Isto está longe de ser uma produção altamente sofisticada.



3.5. O efeito redistributivo a favor dos mais pobres é garantido

Oi dito muitas vezes, e com razão, que as famílias mais pobres de hoje em dia são aquelas cujas Nos países em desenvolvimento, por exemplo, isto traduz-se em métodos de cozinha eficientes do ponto de vista energético, o que, por sua vez, se traduz em habitações mal isoladas ou na dependência de automóveis antigos com motores muito menos eficientes do que os mais modernos para as deslocações de e para o trabalho.

Serão então as primeiras "vítimas" destas quotas transaccionáveis, com a sua baixa eficiência energética a colocá-las rapidamente acima das quotas, se não hoje, pelo menos daqui a três ou quatro anos, quando as quotas tiverem sido progressivamente reduzidas, enquanto os ricos terão tanto a latitude nas escolhas de estilo de vida como os recursos financeiros para investir na eficiência energética que os protegerá rapidamente desta redução?

Todos os números mostram que este argumento é falso. O facto de a "eficiência" das suas despesas energéticas ser fraca não impede que os pobres consumam muito menos energia do que os ricos. O custo da energia reflecte-se na pobreza de combustível: um peso crescente do orçamento energético no orçamento total e, sobretudo, uma redução dos custos de aquecimento, inclusive em detrimento da saúde. Pelo contrário, apesar da sua baixa eficiência energética, serão os primeiros a beneficiar do sistema, mesmo que isso signifique que os pontos de carbono que vendem serão utilizados para melhorar a sua própria eficiência energética. O interesse para eles será óbvio, uma vez que a venda destes pontos resultará num aumento do rendimento do agregado familiar.



3.6. A questão dos investimentos e dos empréstimos contraídos coloca-se nos mesmos termos que os investimentos monetários e os empréstimos contraídos.

O objetivo será avaliar o custo em pontos de carbono do investimento e a capacidade do mutuário para os cumprir. O custo do investimento é amortizado durante um período de tempo coerente com a vida útil do investimento ou do equipamento. Para as empresas, isto traduz-se em regras de período de amortização que dependem da natureza do equipamento.

A propósito de crises financeiras, o famoso investidor americano Warren Buffett tem uma bela expressão: "é quando o mar recua que se vêem os banhistas que estavam a nadar nus". Por outras palavras, é quando uma crise chega que vemos aqueles que não a previram ou anteciparam.

cobrir corretamente os seus riscos. Podemos utilizar a mesma fórmula para falar dos investimentos que, no âmbito do novo sistema, irão maciçamente para a eficiência energética, uma vez que a redução das quotas é perfeitamente conhecida ao longo de dez anos, permitindo a todos fazer um cálculo económico preciso.

Tomemos o exemplo dos sistemas de bônus-malus para a compra de veículos presumivelmente mais económicos. Atualmente, podemos fazer duas observações sobre eles. Em primeiro lugar, o mercado em crescimento, o mais lucrativo para os construtores, é o dos SUV. Este é um exemplo perfeito do efeito de ricochete: os motores estão a tornar-se mais eficientes não para poupar energia, mas para permitir a circulação de veículos mais potentes e mais pesados. colocados no mercado. Em segundo lugar, o discurso sobre o sistema de bônus-malus centra-se no consumo de combustível por quilómetro, mas ignora cuidadosamente a questão crucial do custo energético da produção de novos automóveis. E, no entanto, de acordo com números já Apesar de não ser muito antiga, esta produção equivale a pelo menos 30 000 quilómetros de poupança de combustível. Ao ter de avaliar este investimento em termos de pontos de carbono, o mar de argumentos publicitários desaparece e podemos ver que os argumentos apresentados são efetivamente mais eficazes. tomar banho nu. O mesmo se aplica aos automóveis eléctricos. Há análises muito pormenorizadas dos automóveis eléctricos ao longo do seu ciclo de vida. Em primeiro lugar, é óbvio que onde a eletricidade é produzida por centrais a carvão, petróleo e gás, o custo da eletricidade é muito mais baixo. em pontos de carbono do combustível não é diferente do de um motor de combustão. Mas mesmo assumindo que a eletricidade é renovável ou nuclear, o custo de produção das baterias também é muito elevado. oculto. A introdução de quotas transaccionáveis é equivalente a a uma gigantesca operação de "verdade nos preços".

"A conversão de bônus malus tem a ver com o consumo de combustível por quilómetro, mas esconde cuidadosamente a questão decisiva dos custos energéticos da produção de automóveis novos."



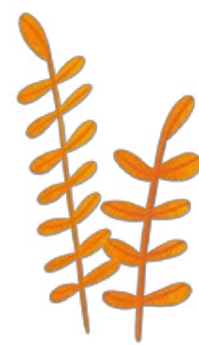
3.7.O sistema proporciona um retorno significativo do investimento em energia

Previsibilidade da diminuição das quotas proporcionará um novo e fundamental nível de previsibilidade investimento em eficiência energética. A habitação, por exemplo. Há mais de vinte anos que ouvimos exatamente a mesma coisa em França: o parque habitacional antigo é uma verdadeira peneira, é preciso renovar 500.000, 700.000, 1 milhão de casas por ano para "tapar os buracos". E no final de cada período, constatamos que o que foi realizado foi muito aquém dos objectivos que nos propusemos. E porquê? Porque, como os estudos demonstraram, no sistema atual, os investimentos Os investimentos em eficiência energética têm um período de retorno muito longo, frequentemente superior a 50 anos, porque o custo real da energia em França é atualmente demasiado baixo. Pelas mesmas razões, estudos demonstraram que o investimento em poupança de energia não aumenta o valor de uma casa aquando da sua revenda. Como se sabe, a habitação representa 80% do património da maioria dos franceses.

Atualmente, o principal problema da transição energética não é a disponibilidade de dinheiro - em 2019, 20 000 mil milhões de euros em todo o mundo estavam a ser investidos a taxas de juro negativas! - mas a existência de projectos suficientemente rentáveis. A situação está a mudar completamente, com um sistema de quotas que será reduzido de ano para ano, e que dá uma previsibilidade perfeita à rentabilidade dos investimentos que serão feitos, quantificados por um lado em dinheiro e em pontos de carbono. A rentabilidade dos investimentos determinará a capacidade

de agregados familiares para reembolsar os pontos de carbono investidos em x anos.

Um investimento que tenha em conta os pontos de carbono necessários e que aumente a conta de carbono dará automaticamente uma nova vocação à empresa. para os bancos. Terão de avaliar a rentabilidade "carbono" dos seus empréstimos e a capacidade de reembolso do mutuário, através de deduções regulares da sua conta carbono, exatamente nos mesmos termos que a sua avaliação puramente financeira atual. Todos sabemos que o discurso atual "hoje gastamos mais do que o previsto, mas amanhã pouparemos mais" não passa de uma retórica cosmética que mascara a nossa incapacidade de reduzir o nosso consumo de energia. Com o sistema de pontos de carbono, as coisas serão completamente diferentes, devido à rentabilidade comprovada dos investimentos e à responsabilização dos bancos. na ausência de incumprimento de reembolso, exatamente nos mesmos termos que hoje. Terão simplesmente de formar o seu pessoal, com a ajuda da ADEME, para aprenderem a avaliar a solidez dos projectos e as receitas ou reduções de despesas que estes irão gerar. e a capacidade de reembolso dos mutuários. Durante muito tempo, falou-se de "terceiros" que poderiam assumir o custo das obras e ser reembolsados pela redução da fatura do aquecimento, mas isso não funciona porque o tempo é essencial. Isto porque o retorno do investimento é demasiado longo e porque é psicologicamente difícil aceitar pagar "devido a uma redução das despesas". Com um sistema de pontos de carbono, veremos este tipo de coisas. do sistema, por um lado, porque os investimentos serão altamente rentáveis e, por outro, porque o terceiro será remunerado a partir das receitas geradas pela venda das quotas excedentárias.



4

O período de transição e a gestão intercâmbios com o mundo exterior

O sistema de quotas negociáveis é tanto mais simples de aplicar quanto é universal. Não será em primeira instância. Teremos portanto de conceber a gestão das trocas entre a França e os territórios que não utilizam o sistema de quotas negociáveis, de forma a garantir condições de concorrência equitativas. Se tudo o que tivéssemos de fazer para evitar a dedução de pontos de carbono fosse comprar fora de França, o sistema entraria em colapso. De facto, é por isso que qualquer experiência de um sistema de quotas universais num pequeno território está condenada ao fracasso desde o início: cada um comprará ao seu vizinho. É este tipo de gestão que vamos agora apresentar, depois de duas observações preliminares sobre as possibilidades de extensão do sistema.

4.1. O debate sobre o alargamento do sistema a toda a Europa poderá iniciar-se rapidamente. A Convenção dos Cidadãos para o Clima, em França, poderá ser o catalisador.

O comércio externo da França representam uma parte importante e crescente do nosso consumo e da atividade das nossas empresas, mas a maior parte deste comércio é feita com outros países europeus. Uma vez que o mercado europeu é unificado, não existe nenhuma "membrana" nas fronteiras, nenhum filtro através do qual este comércio possa passar e que nos permita compreender o seu conteúdo. A introdução de um sistema de quotas transaccionáveis a nível francês, sem extensão ao nível europeu, acrescentaria assim uma dificuldade suplementar. Mas a Convenção de Cidadãos franceses chega no momento certo. A nova legislatura europeia - renovação do Parlamento Europeu e da Comissão em 2019 - estabeleceu duas prioridades: a organização de uma Conferência sobre o Futuro da Europa, com a maior participação possível dos cidadãos; um "Green New Deal" que faça da Europa uma região-piloto na luta contra as alterações climáticas. conceber e liderar a transição para sociedades sustentáveis. A ligação entre estas duas prioridades é óbvia. A Conferência terá de abordar a transformação do modelo económico e os métodos de implementação do New Deal Verde. É precisamente este o objetivo das quotas negociáveis. Se a Convenção dos Cidadãos franceses apresentar uma proposta forte e clara, não há dúvida de que esta terá um grande peso nos próximos debates a nível europeu.



"O novo mandato europeu fixou os seguintes objectivos como prioridade, um "New Deal Verde", tornando a Europa uma região-piloto na conceção e gestão a transição para sociedades sustentáveis.



4.2. A generalização, pelo menos parcial, do sistema de quotas transaccionáveis não é uma ficção científica.

Desde a eleição de Donald Trump e os golpes de os seus repetidos golpes no sistema multilateral, a começar pela sua retirada do Acordo de Paris alterações climáticas, esta parece ser uma altura particularmente má para sonhar com uma extensão universal do sistema. Mas talvez seja melhor do que parece. o ar. Os desafios globais de hoje são tão interdependentes que os recuos nacionalistas também podem ser interpretados como um cavalo que vacila quando tem de saltar o obstáculo. Há três processos unificadores em ação. Embora pouco conhecidos do grande público, dão-nos que pensar: a unificação das normas contabilísticas, a proliferação de negociações sobre as normas e o desenvolvimento de estudos sectoriais.

• Unificação das normas contabilísticas: as normas contabilísticas já são globais com a adoção generalizada das IFRS (International Financial Reporting Standards). Estas normas, com origem nos Estados Unidos, favorecem uma abordagem financeira e a avaliação das empresas. "No entanto, o próprio facto desta unificação significa que a introdução da contabilidade do carbono pode rapidamente generalizar-se. Mas o próprio facto desta unificação significa que a introdução da contabilidade do carbono pode rapidamente generalizar-se.

• Negociações sobre as normas: desde há uma década, as negociações bilaterais e multilaterais destinadas a liberalizar o comércio já não se centram na redução dos direitos aduaneiros, que já eram baixos (antes de Donald Trump lançar uma guerra comercial, brandindo a reintrodução dos direitos aduaneiros como uma arma absoluta...). Atualmente, o principal obstáculo ao comércio internacional é a pluralidade de normas. Nas negociações, cada parte procura utilizar o equilíbrio de poderes em seu próprio benefício, promovendo as suas próprias normas para facilitar as suas próprias exportações. Quando as negociações sobre um tratado de comércio transatlântico (TTIP) estavam em pleno andamento, foi o risco de alinhamento com as normas ambientais ou sanitárias mais laxistas que suscitou a legítima preocupação da sociedade civil europeia. Mas o hábito de negociar não sobre os direitos aduaneiros, mas sobre a unificação das normas, pode facilitar a obrigação universal de publicar os resultados das negociações. teor de carbono" ao longo da cadeia de produção. produção e distribuição de bens e serviços.

• A utilização generalizada de estudos sectoriais: a importância crescente das considerações de investimento

Nos últimos dez anos, a produção socialmente responsável deu origem a numerosos estudos sobre o impacto social e ambiental dos processos de produção. Estes estudos permitem quantificar de forma cada vez mais precisa o seu "teor de carbono". Ainda não é obrigatório rastrear este conteúdo ao longo da cadeia de abastecimento, mas estamos a aproximar-nos gradualmente.



4.3. É essencial ter em conta o teor de carbono do que é comprado no estrangeiro.

Se não o fizermos, a sistema. Como é que se faz isso? Trata-se de levar a conta de carbono da empresa ou do indivíduo que compra o bem ou o serviço. No comércio intra-europeu, haverá alguns abusos comparáveis aos que já existem atualmente, como o abastecimento de gasolina ou gasóleo. ou comprar uma garrafa de álcool ou maços de cigarros do outro lado da fronteira, se os preços forem mais baixos. Mas a grande maioria das compras é efectuada através de um distribuidor francês, por cartão bancário ou por pagamento via Internet. Em todos os três casos, a compra implica o débito dos pontos correspondentes na conta de carbono. Vejamos quatro exemplos: comprar um carro; vídeo a pedido; utilizar o Google; comprar na Amazon.



"Ir às compras com trocar um carro no estrangeiro seriam rapidamente detectados.

A compra de um automóvel no estrangeiro com dinheiro seria rapidamente detectada. A dificuldade reside menos no débito de pontos de carbono na conta do comprador do que na avaliação da quantidade de pontos de carbono a debitar, uma vez que o fabricante e o vendedor estrangeiros não são obrigados a estabelecer a rastreabilidade do carbono ao longo do processo de produção. Neste caso, a ADEME fornece as seguintes informações registos nacionais que indicam o teor de carbono dos diferentes produtos principais produtos industriais. Basta decidir que, na ausência de rastreabilidade, adoptará o limite superior da gama. É esta a lógica do bilhete de autoestrada perdido: se não o apresentar, é-lhe cobrado o trajeto mais longo.

Vídeo a pedido. Estudos recentes demonstraram que o custo energético global do vídeo a pedido é igual ao gasto energético total de um

países como a Espanha: a economia dita desmaterializada é, na realidade, o resultado de actividades que consomem muita energia. Neste caso, é fácil calcular o teor total de carbono do serviço, assim como é fácil exigir à Netflix que o declare, o que resulta num débito de pontos de carbono no momento da faturação.

Utilizar o Google. A forma como o Google funciona baseia-se em no desenvolvimento de grandes parques informáticos, que também consomem muita energia. O carácter aparentemente gratuito do serviço da Google, ou seja, a transferência à Google dos nossos dados pessoais em troca do serviço prestado - não impede de forma alguma que o teor de carbono dos seus serviços seja medido e debitado.

A Amazon e o desenvolvimento do comércio eletrónico. O pagamento é feito por cartão e é fácil exigir aos fornecedores que declarem o teor de carbono dos produtos vendidos, aplicando o mesmo princípio de limite máximo que se aplica a um automóvel na ausência de informações fiáveis.



4.4. O teor de carbono cobrado sobre produtos e serviços importados é uma norma, não um imposto.

A diferença entre uma taxa e uma norma é essencial neste domínio. A obrigação de declarar o conteúdo O teor de carbono de um bem importado não aumenta o seu valor. O débito de pontos de carbono correspondentes a esse teor tem apenas o efeito de nivelar as condições de concorrência entre fornecedores nacionais e estrangeiros, o que constitui a base dos acordos internacionais de comércio livre. Se se tratasse de um imposto, o sistema não seria compatível com as regras. Para tal, seriam necessárias negociações internacionais de duração e resultados incertos. Pelo contrário, a norma de indicação do teor de carbono é compatível com a OMC.

Os produtos importados já estão sujeitos a normas europeias. Estas normas abrangem o conteúdo dos produtos, as condições de produção e os requisitos de rotulagem. Nos Estados Unidos, foram travadas grandes batalhas sobre a obrigação ou não de rotular os produtos alimentares como contendo OGM. Mais recentemente, em França, as associações de consumidores e a indústria entraram em conflito sobre a obrigação de indicar claramente as qualidades nutricionais dos produtos alimentares ou a possibilidade de reparação dos produtos industriais.

No final, a única diferença entre os bens e serviços adquiridos no estrangeiro e os adquiridos em França é que, no primeiro caso, os pontos de carbono debitados na conta do comprador não são adicionados ao crédito de carbono do fornecedor, uma vez que este não tem necessidade deles.

"É essencial ter em conta o teor de carbono do que é comprado no estrangeiro.



4.5. Os pontos de carbono associados aos bens e serviços vendidos no estrangeiro devem ser devolvidos aos produtores franceses.

Esta é a questão simétrica da anterior. Produzir em solo nacional as empresas terão de dispor dos pontos de carbono necessários para comprar os combustíveis fósseis utilizados para os produzir. No mercado nacional, este fornecimento de pontos de carbono provém dos clientes. Quando um bem ou serviço é vendido no estrangeiro, na ausência de um sistema semelhante, o fornecedor não poderá obter esses pontos de carbono junto do cliente. É então a declaração de venda no estrangeiro que permitirá a uma agência nacional do carbono restituir um crédito de carbono equivalente ao incorporado no bem vendido. Em suma, no caso de uma venda no território nacional, a venda de um produto ou serviço e a aquisição de créditos de carbono são uma só e mesma coisa; no caso de uma venda no estrangeiro, provém de duas fontes diferentes.



4.6. Os residentes estrangeiros que compram bens e serviços em França terão de adquirir uma conta carbono, que lhes será reembolsada à saída do país, à semelhança dos reembolsos do IVA.

Logo que uma compra em França seja acompanhada de O mesmo se aplica aos visitantes estrangeiros. Como não recebem uma licença anual de carbono, terão de comprar

estes pontos de carbono mediante o pagamento de uma taxa, numa base a determinar, tal como a média do valor de troca dos pontos de carbono do ano anterior, ou qualquer outra medida semelhante. De acordo com a lógica do sistema, terão de poder obter estes créditos em qualquer balcão bancário, tal como atualmente se pode carregar o cartão Navigo em qualquer estação. bilhetes de metro. Quando saírem do país, os pontos de carbono associados aos produtos que levarem consigo serão reembolsados ao preço a que os adquiriram, segundo o mesmo procedimento que o atual reembolso do IVA.



"Não receber um subsídio emissões, [visitantes estrangeiros]. terá de para adquirir estes pontos de carbono mediante o pagamento de uma taxa.





5

Ligações entre esta proposta sistémica e propostas em debate à Convenção

Em janeiro de 2020, os membros da Convenção identificaram um grande número de medidas, divididas em cinco capítulos: alimentação, produção e trabalho, consumo, habitação e transportes. Estas propostas são coerente ou contraditória com a proposta de quotas negociáveis? É isso que vamos agora descobrir. revisão.

5.1. As quotas negociáveis são obrigações sistémicas de resultado, enquanto as recomendações são obrigações sectoriais de meios.

Os governos de todo o mundo têm tido o cuidado de não impor obrigações para obter resultados. É uma boa razão para ignorarem a ideia de quotas negociáveis: implica uma obrigação de resultados, o que os torna responsáveis. Há trinta anos que este jogo se desenrola. O Acordo de Paris de 2015, o mais avançado neste domínio, apenas formulou objectivos nacionais indicativos, protegendo assim os governos de qualquer risco jurídico, apesar de a sociedade civil estar cada vez mais relutante em intentar acções judiciais contra governos que não se dotam dos meios para atingir os objectivos que se propuseram.

As recomendações em discussão na Convenção dos Cidadãos sofrem das mesmas limitações. Trata-se de uma lista de meios a pôr em prática, e muitos deles permanecem no domínio das recomendações. O painel de cidadãos ficou preso ao mandato político inicial, que lhe pedia que explorasse os meios de ação num certo número de domínios pré-determinados. Não é de estranhar que, no preciso momento em que Quando os poderes económicos, financeiros e políticos estabelecidos vêm falar de reconstrução do capitalismo, os cidadãos ficam presos a uma lógica de enumeração de medidas pontuais, privando-os antecipadamente de uma abordagem global do problema?



"Não vamos dividir por quatro emissões de gases com efeito de estufa acrescentando medidas sectoriais."

Há trinta anos que sabemos que não conseguiremos dividir por quatro as emissões de gases com efeito de estufa somando as medidas sectoriais. Isto é verdade a nível nacional, mas também é verdade a nível local: também a este nível, a proclamada transição continua a ser, de facto, uma soma de iniciativas sectoriais. Pelo contrário, os raros territórios onde foi lançada uma verdadeira política de transição estabeleceram pactos a longo prazo com vários intervenientes e empreenderam uma mudança profunda do seu software intelectual e político.



5.2. A política de quotas cria uma dinâmica global que pode ser combinada com medidas regulamentares.

Qualquer das recomendações em debate na Convenção tem uma dimensão que ultrapassa a transição energética e diz respeito à proteção do ambiente. Como tal, complementam as quotas. Estas últimas criam uma dinâmica global, mas não pretendem resolver tudo. Tomemos como exemplo os resíduos: as quotas e a sua redução ano após ano incentivarão a reciclagem para recuperar o "teor de carbono" que se tornou precioso, e os contribuintes, que terão de deduzir os pontos de carbono dos seus impostos locais, estarão muito atentos a este facto. Mas a invasão do ar, do solo e da água pelos resíduos é também um problema em si, que exige medidas específicas.

Do mesmo modo, embora seja necessário regulamentar a utilização de fertilizantes químicos e pesticidas para proteger o ambiente, a água, o ar e o solo, o facto de ambos serem dispendiosos em termos de "pontos de carbono" irá automaticamente alterar o equilíbrio a favor da reciclagem de resíduos orgânicos agrícolas ou urbanos.



5.3. A viabilidade e o impacto efetivo das recomendações apresentadas para debate são questionáveis.

A maior parte das medidas mencionadas sofrem de dois problemas: falhas: está longe de ser claro que possam ser impostas como tal, e o seu alcance real não é medido... Tomemos dois exemplos: a habitação e os transportes.

A habitação. Há várias décadas que o problema da renovação das casas antigas é dificultado pela falta de rentabilidade dos investimentos correspondentes, devido aos preços actuais da energia. E como a renovação não está a generalizar-se, a formação dos profissionais também não. Nestas condições, a imposição da renovação revelar-se-á politicamente difícil, e é ilusório pensar que a formação de profissionais compensará a falta de rentabilidade dos investimentos.

Como se deslocar. A partilha de automóveis não pode ser decretada. Em contrapartida, a perspetiva de uma redução das quotas oferece uma previsibilidade que favorecerá o aparecimento de novas empresas e de soluções inovadoras, e provocará uma redistribuição das deslocações casa-trabalho e uma negociação empregador-empregado sobre os pontos de carbono associados a essas deslocações. Toda a lógica será invertida e todos terão de contribuir.



5.4. As quotas e a sua redução anual são uma fonte de informação decisiva

e garantir a previsibilidade necessária para decisões.

Todas as recomendações do público dizem respeito à informação. São muito pertinentes. Se quisermos mudar os comportamentos e permitir que os diferentes actores invistam, a informação e a previsibilidade são essenciais.

A introdução de quotas e a apresentação da sua redução ano após ano conduzem a ambos. O teor de carbono de cada bem e serviço torna-se conhecido. A necessidade de alterar os métodos de produção e a organização da sociedade torna-se explícita. Hoje, por exemplo, a falta de previsibilidade dificulta a implementação de uma gestão do emprego virada para o futuro, tanto nas empresas como ao nível das áreas de emprego. Esta previsibilidade torna-se a regra com as quotas. Do mesmo modo, embora não seja em si mesmo inútil para regulamentar a obsolescência programada, a simples apresentação do teor de carbono dos novos produtos em comparação com o teor de carbono de uma reparação terá muito mais peso do que um simples regulamento, porque cada ato de compra será diretamente confrontado com a alternativa.



5.5. A introdução de quotas permitirá seleção entre soluções verdadeiras e falsas.

Dois exemplos: os curtos-circuitos e o transporte por caminho de ferro ou por água. Duas recomendações à primeira vista, o senso comum. Mas precisamos de olhar mais de perto, com os dados na mão.

Curto-circuitos. Parte-se do princípio de que consomem menos combustível fóssil. Mas será que isso é mesmo verdade? Num estudo de referência, o Instituto Wuppertal mostrou que, em média, os ingredientes de um pote de iogurte na Alemanha viajaram mais de 800 km. Absurdo, não é? Portanto, viva os canais de distribuição curtos. Mas, ao aprofundar a questão, o Instituto fez uma correção importante: o custo energético dos alimentos está essencialmente ligado ao modo de produção e, muito secundariamente, ao transporte. Está longe de estar provado que "o que é produzido perto de casa" é produzido com técnicas energeticamente eficientes. Para que isso seja verdade, é necessário reduzir a mecanização, a produção sazonal, etc. É provavelmente mais barato, em termos de energia, trazer tomates da Andaluzia do que produzi-los fora de época localmente, na Holanda ou mesmo na Bretanha.

Os transportes. É legítimo querer limitar a poluição rodoviária e urbana limitando o transporte por camião. Mas o argumento energético em si está longe de ser óbvio. Em termos de emissões de CO2 em

Por tonelada x km transportado, um camião de 36 toneladas carregado está mais próximo de um vagão ferroviário do que de uma carrinha ou, a fortiori, de um automóvel particular que percorra trinta quilómetros até ao hipermercado.

Em todos estes exemplos, a rastreabilidade do carbono servirá de juiz de paz. Sabemos o que é fantasia e o que reflecte a realidade. Os cidadãos sentirão isso imediatamente em cada compra que fizerem. Para retomar o exemplo dos transportes, é quase certo que as quotas reduzidas todos os anos amplificarão a nova revolução das estruturas comerciais que já está em curso, combinando o comércio de proximidade, as compras colectivas, a dissociação entre o local de consulta e o local de armazenamento dos produtos, etc. Esta revolução será provocada pelo poderoso incentivo dos pontos de carbono e não pela regulamentação.



"A rastreabilidade do carbono servirá instantaneamente como juiz de paz."



5.6. Introduzir a transição energética na Constituição ou na responsabilidade dos governos?

Uma das recomendações que estão a ser debatidas na Convenção é fazer com que a transição energética faça parte da política energética da União Europeia. Constituição. Porquê? Mas a preservação do ambiente já faz parte da Constituição, sem que essa inclusão tenha tido qualquer efeito perceptível. O que parece mais importante é o desenvolvimento do direito de responsabilidade e o alargamento da responsabilidade política. Como salientou o jornalista do Le Monde no final do debate do relatório do Conselho Superior para as Alterações Climáticas em junho de 2019, a irresponsabilidade política é hoje total: fazem-se planos, anunciam-se objectivos, estes não são cumpridos, ninguém se demite e ninguém é processado. É esta responsabilização política, incluindo a sua dimensão jurídica, que devemos ter como objetivo. Tal como se verificará um aumento do número de acções judiciais contra as empresas com base na lei sobre o dever de diligência, também o estabelecimento de um calendário plurianual de redução de quotas implicará a responsabilidade dos dirigentes políticos. Será que eles adoptariam hoje Se aceitassem todas as recomendações feitas pelo público, continuariam a ser totalmente irresponsáveis. A grande mudança na responsabilização no século XXI é a passagem da responsabilização pelos meios para a responsabilização pelos resultados.

